



BOLETIM DA CAPELANIA

A Ujc de 2012



Uma utopia prática

Uma recente declaração da COMECE (Comissão dos Episcopados da Comunidade Europeia) sobre a chamada «economia social de mercado» (12-01-12) analisa e propõe metas para a saída da crise atual, no respeito da justiça para com todos e em particular para com os mais desfavorecidos. Ao longo dessa exposição, vai notando e fazendo notar que os problemas europeus não se resolvem nos limites da União Europeia, embora esta deva assumir uma especial responsabilidade no âmbito da economia mundial. E conclui recordando, de acordo com sucessivas exortações da Doutrina Social da Igreja, a necessidade de uma Autoridade Mundial efetiva e eficaz.

Talvez nos pareça que esta ideia, teoricamente aceitável (qualquer comunidade deve ter a sua própria autoridade; o nosso mundo «globalizado» já o é; logo...), se apresenta tão distante da realidade internacional, que nada tem de prática e não passa de um mito ou de uma utopia. Pois nem uma coisa nem outra: é apenas uma fatalidade.

A Igreja é realista. Com a experiência de 2.000 anos e a sabedoria de 4.000, sabe perfeitamente que, onde exista uma comunidade, mais tarde ou mais cedo, uma autoridade se consolidará. Por acordo ou conquista, por eleição ou costume, violenta ou pacífica, ela aí estará. Aliás, já a temos, e nasceu de ótimas intenções: a ONU. Com grandes palavras e nenhum poder; democrática de nome e antidemocrática nas deliberações decisivas; submetida ao jogo dos grandes; impotente para com os problemas internacionais e intrometida em matérias de governo nacional; lamentando crimes contra a Humanidade e abençoando a matança dos inocentes; distribuindo direitos aberrantes e negando os mais sagrados; aí está ela, coitada, como um «sheriff» do «Far-West», bamboleando-se, de estrela ao peito e revólver enferrujado... Mas a verdade é que aí está, com a legitimidade de ser a única instância internacional reconhecida pela imensa maioria dos países.

Não temos alternativa. Por enquanto, cada país precisa de levar um exército à cinta e conluiar-se com quem puder, para se defender dos que o ameaçam – como os barões armados da Idade Média até constituídas as modernas nacionalidades - mas tal estado de coisas não pode durar indefinidamente, entre massacres horríveis e perigos medonhos. Só nos resta conceder à ONU um poder efetivo, mas limitado ao que for indispensável à paz das nações, e obrigando-se a respeitar o governo interno de cada uma. O chamado princípio da subsidiariedade.

O Episcopado europeu não deixa de apontar várias sugestões interessantes para a ultrapassagem da crise, mas acaba por lembrar que, sendo ela tão extensa, exige orientações gerais, mundiais. Não promete que assim se resolvam os nossos problemas económico-financeiros; o que afirma é que, sem isso, eles não têm solução. Vem dizer que os Estados devem compreender que não há engenharia financeira eficaz sem acordos internacionais sérios. Tudo o que seja apoiar e fortalecer nesse aspeto as instâncias internacionais é o caminho certo.

Pe. Hugo de Azevedo